



Belo Horizonte, 10 de maio de 2013.

Aos Excelentíssimos Senhores Deputados

Dinis Pinheiro
Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Adelmo Carneiro Leão
Presidente da Comissão Especial da Dívida Pública de Minas Gerais

Bonifácio Mourão
Relator da Comissão Especial da Dívida Pública de Minas Gerais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECEBIDO

14 / 05 / 13

Adelmo Carneiro Leão
Gabinete da Presidência

ASSUNTO: RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Prezados Deputados,

Cumprimentando Vs. Ex^{as.}, vimos, pela presente, manifestar nossa preocupação diante da suspensão dos trabalhos, desde o final do ano passado, da Comissão Especial da Dívida Pública, criada para “*Estudar o processo de endividamento do Estado perante a União e analisar as possibilidades de renegociação dos contratos de refinanciamento em vigor*”, que havia sido constituída em 09/11/ 2011, tendo realizado várias audiências, sendo a última no dia 22/11/ 2012.

Dirigimo-nos a Vs. Ex^{as.} especialmente para solicitar informações sobre os rumos dessa importante Comissão Especial, conforme exposto a seguir.

Recordamos que o Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida participou ativa e efetivamente de todas as reuniões da referida Comissão Especial. Cumprindo o dever de entidade da Sociedade Civil Mineira diretamente afetada pelos efeitos do perverso processo de endividamento público vigente, procuramos contribuir para os debates, análise de documentos, produção de artigos, panfletos e outros estudos que chegaram a ser destacados tanto pela mídia mineira como nacional, realizando diversas atividades de mobilização e divulgação dos trabalhos da Comissão Especial.



A respeito das graves denúncias sobre o endividamento junto à CEMIG e à renegociação da dívida de Minas Gerais com a União, gostaríamos de ressaltar que protocolamos em 23 e 26/03/2012, respectivamente, nos gabinetes dos Deputados Adelmo Leão, Bonifácio Mourão e Dinis Pinheiro, o documento denominado **Carta Aberta aos Deputados da ALMG e à População do Estado de Minas Gerais**. Da referida Carta constou breve análise preliminar do contrato e aditivos da dívida do Estado de Minas Gerais com a Cemig, alertando sobre os graves indícios de ilegalidades. Em outra Carta protocolada dia 06/09/2012, informamos ao Presidente e Relator da Comissão Especial a evidência de erro superior a R\$ 2 bilhões no estoque da dívida de Minas Gerais com a União, como se comenta adiante.

Manifestamos nosso descontentamento diante do fato de que o Relatório Parcial aprovado pela Comissão Especial em 27/05/2012, **não** anexou o documento elaborado pelo Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida referente aos questionamentos relacionados aos fortes indícios de ilegalidades e ilegitimidades da dívida pública de Minas, e à necessidade de realização de completa auditoria dessa dívida. Lembramos que os parlamentares integrantes da referida Comissão aceitaram apenas que tais questionamentos fossem incluídos no conjunto geral de documentos (“processo”) da Comissão, ou seja, apenas como material acessório. Tal decisão foi notícia no Portal da ALMG do dia 28/05/2012¹, conforme trecho que destacamos:

*“O parecer do relator Bonifácio Mourão (PSDB) foi aprovado após entendimentos dos deputados presentes e com à **decisão de anexar ao processo uma análise do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida. Também foi inserida a resposta do Tribunal de Contas do Estado de que o órgão não tem estudos sobre a evolução da dívida de Minas Gerais. Criada em novembro de 2011, a comissão realizou, deste então, cerca de 40 reuniões para debater o débito do Estado com a União.**”*

.....
*“O presidente da comissão, deputado **Adelmo Carneiro Leão (PT)** reclamou que ainda não há consenso sobre todos os pontos defendidos pelo relatório, exceto sobre a necessidade de renegociação. **Ele entende que é fundamental fazer uma auditoria sobre a dívida de Minas com a União e, também, com a Cemig.** Segundo o parlamentar, o Estado deve à concessionária um valor superior ao patrimônio da empresa. “O futuro está inviabilizado pelo passado”, considerou.*

¹https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2012/05/28_comissao_divida_relatorio_parcial.html



O Núcleo Auditoria Cidadã também reclamou da falta de auditoria. A representante da ong, **Maria Eulália Alvarenga Azevedo Meira afirmou que a comissão não recebeu nenhum documento oficial dos órgãos que pediu informações para basear os cálculos apresentados.** Já o deputado Rômulo Viegas (PSDB) considerou que a ausência da auditoria não impediria o início da renegociação.

Antônio Júlio (PMDB) considerou a proposta extremamente tímida. Ele defende a moratória, mas aceita uma redução dos índices, desde que a dígitos ainda menores do que sugerido. Délio Malheiros (PV), Liza Prado (PSB) e Duarte Bechir (PSD) admitiram que o relatório não exprime o que desejam, mas reconheceram que a proposta é viável para ser aceita pela União.”

...
“O relator **Bonifácio Mourão lembrou que o trabalho da Assembleia de Minas é pioneiro e ressaltou que o trabalho da comissão vai continuar para esclarecer como a dívida chegou ao patamar atual. Ele defendeu a aprovação para que o Estado pudesse apresentar suas sugestões na reunião da Unale e concordou em solicitar auditorias nas contas do Executivo.**”(grifos nossos)

Em relação aos documentos que a Comissão Especial deveria analisar, cabe ressaltar que a Secretaria de Estado da Fazenda -SEF apresentou, em setembro/2012, apenas parte da documentação que havia sido oficialmente requerida pela Comissão, devendo ser assinalado o fato de que o Relatório Parcial aprovado em 27/05/2012 **não** contemplou a análise dos referidos documentos.

Tais documentos enviados pela SEF foram disponibilizados à Auditoria Cidadã da Dívida pelo Gabinete do Deputado Adelmo Leão. Análise preliminar das planilhas relativas à memória de cálculo referente à dívida de Minas Gerais refinanciada pela União levou à constatação de que as taxas de juros efetivamente aplicadas (7,76% a.a.), desde o início do pagamento dos juros, foram superiores às taxas autorizadas (7,5% a.a.) pelo Senado Federal por meio da Resolução que autorizou o refinanciamento no âmbito da Lei 9.496/97. Refazendo-se os cálculos com as informações disponíveis, verificamos que apenas essa diferença nas taxas aplicadas acusa um **erro superior a R\$ 2 bilhões no estoque da dívida de Minas Gerais com a União**, pois o saldo final da dívida em 01/11/2011, de R\$ 58.230.782.905,43 cairia para R\$ 56.084.113.137,56 (diferença de R\$ 2.146.669.767,87) caso tivessem sido aplicadas as taxas de 7,5% a.a.

Nesta oportunidade, solicitamos a Vs. Ex^{as}. informações sobre as providências adotadas pela Comissão Especial em relação a esta denúncia feita pela Auditoria



Cidadã da Dívida, tendo em vista que o tema foi objeto da última reunião da Comissão, ocorrida em 22/11/2012, conforme trecho a seguir, extraído de matéria publicada Portal da Assembleia²:

“ Sugiro pedirmos à União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) para estabelecer um prazo único para todos os Estados apresentarem seus relatórios e, ao final, construirmos um relatório único para ganharmos força”, propôs Mourão, que é também relator da comissão especial. O deputado Adelmo Carneiro Leão (PT), ao concordar com a proposta, sugeriu o prazo de até o mês de abril de 2013 para os Estados finalizarem o relatório final das comissões que tratam da renegociação da dívida pública.

Para os próximos passos da Comissão Especial da Dívida Pública, Mourão sugeriu, ainda, que o cálculo do endividamento de Minas Gerais fosse feito levando em consideração os diferentes tipos de índices de correção para contribuir com a proposta de renegociação. Maria Eulália Alvarenga, coordenadora do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida, que participou da reunião, também propôs um novo cálculo para que se corrijam os erros materiais com relação aos parâmetros estabelecidos. “Temos que rever a dívida desde a sua origem, pois averiguamos um erro de cálculo de mais de R\$.2 bilhões”, afirmou Maria Eulália ao defender que seja feita uma auditoria sobre a dívida pública. Adelmo Carneiro Leão também defendeu a realização de uma auditoria, mas complementou dizendo que os parâmetros estabelecidos para a renegociação também devem ser revistos, pois são inaceitáveis.”(grifamos)

Considerando que as propostas debatidas nessa última reunião de 22/11/2012 restaram pendentes de implementação; que desde então a Comissão Especial não voltou a se reunir; que o prazo proposto pelo Presidente da Comissão para conclusão dos trabalhos se esgotou em abril/2013; que a Comissão não chegou a apresentar análise dos documentos entregues pela SEF; que a Comissão não foi devidamente respeitada por órgãos que deixaram de enviar a documentação que havia sido oficialmente requerida; que as normas regimentais da ALMG preveem a apresentação de Relatório Final, ainda pendente de elaboração pela Comissão Especial,

²http://consulta.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2012/11/22_comissao_divida_publica.htm

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.



REITERAMOS O NOSSO PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS RUMOS DESSA IMPORTANTE COMISSÃO ESPECIAL.

Certos de que o nosso pedido será considerado por Vs. Ex^{as}. o Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida e as Entidades da Sociedade Civil apoiadoras, antecipadamente agradecemos.

Auditoria Cidadã da Dívida - Núcleo Mineiro

Entidades Apoiadoras

- Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – AFFEMG
- Assembleia Popular
- Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Concórdia
- Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande BH - AMES-BH
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
- Coletivo Henfil de Comunicação
- Comissão dos Direitos Humanos da OAB-MG - Dr Pericles Gonzaga de Souza.
- Conselho Estadual de Delegacias Sindicais de Minas Gerais - SINDIRECEITA
- Consulta Popular
- D.A Fae UFMG - Diretório Acadêmico da Pedagogia
- Diretório Central dos Estudantes UNA - DCE UNA
- Diretório Central Estudantil da Universidade Fumec - DCE Fumec - Gestão Construção Coletiva
- Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais – FAMEMG
- Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais - Jurema M. Rugani Membro - Colaboradora Técnica do MAMBH



- Instituto de Pesquisas em Educação - IPE Brasil
- Levante Popular da Juventude
- Marcha Mundial de Mulheres
- Movimento Luta de Classes
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB
- Movimento de Mulheres Olga Benário
- Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte - MAMBH
- Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
- Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST
- Ocupação Eliana Silva
- ONGtrem – Transporte e Ecologia em Movimento
- Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP
- Sindicato dos Economistas do Estado de Minas Gerais - SINDECON-MG
- Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais. – SINDADOS –MG
- Sindicato dos Metalúrgicos de Mário Campos e Região
- Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - APUBH
- Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - SINPRO
- Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG
- Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias de Contagem – SINDIMASSAS

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



NÚCLEO MINEIRO

- Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais - SINDOJUS/MG
- Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais-RJ – SINTUPERJ
- Diretório Acadêmico Florestan Fernandes - DAFF - da Unifal-MG
- Núcleo Sindical da Associação dos Servidores do IBGE em Minas Gerais – ASSIBGE-MG
- Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIELETRO-MG
- Núcleo de Extensão e Pesquisa Agrário e Movimentos Sociais (NEPAM-UFVJM)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - SINDÁGUA